

# FORMAÇÃO E INFLUÊNCIAS ATUAIS NA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI- RIO GRANDE DO SUL

FORMATION AND CURRENT INFLUENCES IN THE AREA  
OF HIGH MEDIUM URUGUAY OF RIO GRANDE DO SUL

Sirlei Rossoni<sup>1</sup>  
Fernando Panno<sup>2</sup>  
Elidiomar dos Santos<sup>3</sup>

**RESUMO:** A região do Médio Alto Uruguai está compreendida, quase toda ela, na zona de florestas que, praticamente, até o início do século XX, ficou inexplorada e que foi objeto da última ocupação territorial do solo rio-grandense, resultado do terceiro ou quarto deslocamento dos descendentes de imigrantes. É, ao mesmo tempo, uma região que se apresenta como expulsora dos elementos que não encontram

---

<sup>1</sup> Mestre em História do Brasil / Doutora em Ciências Pedagógicas – Havana – Cuba. Professora do Curso de História e Geografia da URI – Campus de Frederico Westphalen.

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Gestão e Cidadania – Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul e Pós Graduação/ Especialização em Marketing na Unijui. Professor e Coordenador do Curso de Administração na URI – Campus de Frederico Westphalen.

<sup>3</sup> Acadêmica bolsista do VI semestre do Curso de História da URI – Campus de Frederico Westphalen.

suficientes condições e meios para a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento. Sua configuração sócio-econômica e cultural se delineou e está se explicitando sob a influência de dois movimentos que se interpenetram: o local e o regional. Essa inter-relação regional/local se realiza em quatro dimensões: a espacial, representada pela territorialização específica das atividades econômicas; a organizacional, representada pelas estratégias de produção, cooperação e coordenação dos agentes locais em ação; a tecnológica, representada pela diversidade dos sistemas de produção e a institucional, representada pelas regras que controlam a tomada das decisões. Na proposta de estudo que segue, sobre a formação e as influências da região, pretende-se contribuir para a desmistificação de alguns paradigmas que perduram nas explicações<sup>4</sup> clássicas sobre o “desenvolvimento” da região. Busca-se compreender o homem que a formou, nas suas múltiplas dimensões - étnicas, políticas, culturais e econômicas – para desvendar a realidade regional, na sua dinâmica, nos seus contrapontos, nas suas práticas socioculturais e nas suas representações. Busca-se, outrossim, novos caminhos para as pesquisas sobre região, para abrir novas perspectivas de resgate da sua história.

**Palavras-Chave:** Identidade. Diversidade. Globalização. Multiculturalismo. Regional.

**ABSTRACT:** Most of the Médio Alto Uruguai region lies in a florestal area which was virtually unexplored until the beginnings of the XX century, and which was the object of the last territorial occupation in the area of RS, as a result of the third and fourth immigrant displacement. On the other hand, it is a region with a high rate of abandonment by those who are not able to meet a good living standard for survival and growth. The regional socioeconomic and cultural configuration was delineated under the influence of two interpenetrating

---

<sup>4</sup> Referência ao Projeto: Formação e Influências atuais na região do Médio Alto Uruguai – RS. Uma análise sócio econômica e cultural pelo Programa de Pesquisa: PIIC/URI.

movements, the local and the regional ones. Such regional/local interrelation takes place in four dimensions: the spatial one, represented by the production, cooperation and coordination strategies used by the local agents; the technological one, represented by the diversity of the production and institutional systems, and represented by the rules that underlie decision making. This study on the formation of the region and the influences suffered by it has as its goal to demystify some lasting paradigms that evolve around explanations of the region development. We seek to understand the founding citizens in their multiple dimensions- ethnic, politic, cultural and economic-so as to understand the dynamic, socio-cultural practices and representations of the region. Besides, we seek new perspectives in the research on the region, so that its history is indeed recuperated.

**Key Words:** Identity. Diversity. Globalization. Multiculturalism. Regional.

O Médio Alto Uruguai, a região que se pretende analisar em sua formação e nas suas influências atuais, no contexto da povoação do Rio Grande do Sul e também na sua configuração atual, apresenta-se como uma região peculiar, porque foi a última região do estado a ser colonizada, através, especialmente, de descendentes de imigrantes em seu terceiro ou quarto deslocamento migratório dentro do estado, na busca de terras que não poderiam ter nas regiões em que viviam, pelo fracionamento natural das glebas da família, pelo custo mais elevado das terras disponíveis na região de origem e, mesmo, pelo esgotamento natural da fertilidade do solo. Ao mesmo tempo, é uma região peculiar porque, não obstante tenha sido a última região a ser povoada, é atualmente a mais atingida pelo êxodo de quem busca melhores oportunidades em regiões urbano-industriais do estado ou se direciona para atividades em outros estados da Federação.

O processo de ocupação territorial do Rio Grande do Sul se caracterizou por ter obedecido a três fatores, sem que nenhum excluísse o outro e sem que se tenha a pretensão de apresentar a única análise

verdadeira: o fator da temporalidade histórica, o fator racial-migratório e o fator condicionante territorial.

A temporalidade histórica refere-se ao fato que a ocupação do território aconteceu no momento em que a terra era disputada pelos platinos e o governo colonial sentiu a necessidade de povoá-la para formar uma espécie de “cordão de proteção” contra as pretensões dos habitantes do Prata, um século após o descobrimento do Brasil. Esse povoamento se fez a partir do Rio de Janeiro, com um destacamento militar que fundou a vila de São Pedro do Rio Grande e ocupou, especialmente os campos fronteiriços. Posteriormente, famílias açorianas foram enviadas para povoar o Rio Grande, ocupando a região central. Na questão racial-migratória, destaca-se que os imigrantes chegaram a partir da instalação da Família Real no Brasil, numa política que visava, de um lado, criar condições para a agricultura e, de outro, buscava arregimentar, entre os imigrantes, soldados para o Exército imperial. Cabe lembrar que enquanto os lusos ocuparam as regiões dos campos, os imigrantes, de um modo geral, foram destinados para as regiões de florestas porque estas eram terras devolutas, não disputadas e inexploradas. Este foi o fator condicionante territorial, pois o governo desejava ocupar essas terras incultas e impróprias para a agricultura latifundiária e escravista e o fez através dos imigrantes que buscou na Europa.

O povoamento efetivo da região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, especificamente, na chamada micro-região colonial de Irai, deu-se a partir do início do século XX, com o estabelecimento das primeiras levas de imigrantes provenientes das antigas colônias italianas e alemãs, especialmente. A região já era habitada por alguns lusos que aqui se refugiaram para escapar das perseguições decorrentes da Revolução Federalista de 1893. O rio Uruguai e seus afluentes e a exuberante vegetação circunstante proporcionaram excepcionais condições para a pesca e a caça, assegurando a sobrevivência daqueles que se aventuraram pela região.

Os povoadores da região vieram atraídos pelas terras que eram distribuídas dentro da política castilhistas de colonização e imigração, redistribuindo os descendentes de imigrantes nas várias regiões do

Estado onde houvesse terra para cultivar, obedecendo agora, a uma nova concepção. Se nos primeiros tempos da imigração, o Governo tentou manter unidas as várias nacionalidades que povoaram o Estado, a estratégia agora era misturar as várias raças para evitar a formação de “pátrias alienígenas” dentro da própria Pátria. O que o Governo não esperava, muitas vezes aconteceu ao natural, isto é, os colonos da mesma raça se agruparam para poder conviver e reviver suas experiências, seus usos e costumes.

Esse processo colonizatório possibilitou a formação gradual da classe média rural do Rio Grande do Sul. Vários fatores confluíram, porém, para que essa classe empobrecesse com o passar do tempo: exaustão do solo pelas técnicas agrícolas empregadas, necessidade de sustentação de numerosa família - uma das características daquele tempo - e a discrepância entre os preços dos produtos agrícolas e os preços dos produtos industrializados.

Considera-se oportuno lembrar aqui o geógrafo e estudioso Leo Waibel, citado por Sérgio Schneider (2002, p.8). “A análise da forma de uso da terra e o estudo dos sistemas produtivos adotados pelos colonos revelavam a importância da compreensão do modo de uso dos recursos naturais como fator explicativo da viabilização e reprodução sócio-econômica das propriedades”. No artigo “Princípios de colonização européia no Sul do Brasil”, escrito em 1949, após longo e extenso périplo pelas regiões de colonização alemã demonstrou sua surpresa com a agricultura rudimentar e atrasada que praticavam. No seu trabalho, Waibel identifica três sistemas agrícolas nas áreas coloniais que receberam assentamento de imigrantes europeus. O primeiro e mais primitivo estágio, era baseado na técnica indígena da coivara, também chamado de sistema de corte-queimada da floresta, reconhecido entre os agrônomos como *sistema da primitiva rotação de terras* (WAIBEL, 1949, p.182).

O cultivo predominante era milho, feijão, mandioca e batata e a criação de porcos. O excedente era comercializado via troca/permuta com as casas de comércio localizadas no meio rural, chamadas de

“vendas”. Waibel considerou que 45% das propriedades encontravam-se praticando este sistema” (SCHNEIDER, 2002, p.9).

O Segundo estágio, que Waibel chamou de *sistema melhorado de rotação de terras*, tinha as características do estágio anterior com o acréscimo da pecuária que permitia o uso do esterco na adubação do solo e a introdução de equipamentos como o arado. Neste momento, os colonos começaram a praticar o pousio deixando partes da propriedade sem nenhum tipo de cultivo. Como as propriedades eram pequenas e o tempo de pousio curto, não era possível recuperar a fertilidade do solo desgastado pelo uso intensivo. 50% das propriedades estavam neste estágio.

O terceiro estágio é o *sistema de rotação de culturas combinada com a criação de gado*. Neste estágio a adubação do solo ganha maior destaque, requerendo mais trabalho, capital e conhecimento. (1949, p.190). Apenas 5% das propriedades estavam neste estágio, no período. A conclusão a que Waibel chegou é que era “necessária uma quantidade mínima de terra para proporcionar a um agricultor e à sua família um padrão de vida econômica e cultural decente” (1949, p.195).

Esta reflexão da obra de Waibel, que viveu essa época, possibilita melhor entender o inevitável esgotamento da fertilidade do solo, a necessidade que havia de uma maior quantidade de terra e a conseqüente necessidade de buscar outras terras quando fosse necessário o fracionamento das terras por herança ou distribuição entre os filhos que buscavam a sua autonomia e para entender o natural depauperamento a que estavam destinados.

Nota-se que o desenvolvimento desta Região, desde sua origem, vem sendo constituído com base na agricultura familiar, principalmente em função das características fundiárias, onde a pequena propriedade é predominante. Destaque-se ainda que a agricultura contribui com 58% da economia regional.

A agricultura da região caracteriza-se por ser uma agricultura de subsistência, já que os agricultores, seguindo suas origens e costumes, organizam sua produção visando, em primeiro lugar, a alimentação e

comercializando os excedentes. Segundo o professor Flores, (Flores, 2002), a região, de um modo geral, enfrenta as mesmas dificuldades da agricultura do país em função da opção nacional de maiores incentivos para os produtos exportáveis. Este fato tem ocasionado um redirecionamento das atividades agrícolas para culturas não características da região. As atividades passaram a ser desenvolvidas em função das políticas oficiais de crédito e assistência técnica, e não a partir da realidade dos agricultores e de suas propriedades.

O professor Flores destaca que, nos últimos 20 anos, houve um aumento significativo no tamanho médio das propriedades agrícolas, como consequência do êxodo rural de muitas famílias e da compra das terras por aqueles que conseguem se manter na atividade agrícola. Independentemente dessa recente concentração de terras é na Região do Médio Alto Uruguai que se encontra a maior concentração de minifúndios do Estado do Rio Grande do Sul e a população rural representa 65% do total da região (FLORES,2002).

Além disso, uma forte tendência do minifúndio regional tem sido o investimento na agroindustrialização, agregando valor aos produtos do campo e encontrando uma alternativa de sustentabilidade econômica a par de propiciar a permanência no meio rural.

Esta realidade começa a tomar rumos mais otimistas na medida em que as esferas governamentais participam do desenvolvimento do campo através de políticas públicas de incentivo, seja com financiamentos ou com ajuda na construção dos prédios, oportunizando a criação de agroindústrias, que proporcionam às famílias rurais oportunidades de agregar valor à sua plantação e prosperar com a terra. O novo cenário, que se instala com o agribusiness, mostra-se bastante promissor para o meio rural, tanto para as famílias dos pequenos agricultores, que vêm nas parcerias com as agroindústrias, através de processos de integração, uma real possibilidade de manter-se no campo, com dignidade, quanto para os empreendimentos agroindustriais, pois a manutenção

de parcerias sólidas lhes proporciona um maior controle do processo produtivo, e conseqüentemente, da qualidade de sua matéria-prima (PANNO,2005, p.16).

Outras alternativas e projetos abraçados por pequenos agricultores do Estado também encontram na região perspectivas de viabilidade. Zero Hora do dia 27 de agosto de 2006, apresentou, em suas páginas 4 e 5, situações em que se manifesta essa tendência de buscar alternativas para a agricultura tradicional especialmente onde as condições para esse tipo de produção são desfavoráveis ou então, onde é possível viabilizar atividades alternativas.

Feita esta breve retrospectiva histórica, a reflexão se volta para a história e as influências recentes na região. Vive-se um processo de transnacionalização da economia, dentro das perspectivas propostas pelo capitalismo em sua nova etapa. O capitalismo supera suas periódicas crises, previstas por Karl Marx pela própria configuração do sistema capitalista que propicia a uma minoria uma concentração muito grande de renda, em detrimento da maioria operária. A renda auferida pela burguesia é investida em melhores e maiores recursos tecnológicos, daí advindo uma maior produção. No entanto, como os operários possuem uma renda ínfima, o consumo não aumenta na mesma proporção da produção. Por isso, ocorrem as intermitentes crises de superprodução. Para superar a crise de 1973-74, originada no boicote dos fornecedores de petróleo, o capitalismo respondeu com a globalização da economia e da totalidade das atividades humanas. Há uma tendência a se considerar como única a dinâmica de valorização do capital. Por esta tendência economicista, é a economia global que, em última análise, determina a dinâmica de desenvolvimento da maioria das regiões e acaba por delinear os principais determinantes das políticas de desenvolvimento local (MORIN,1993; Becker,2000; LEFF, 2001; BECK, 1999; ROCHA,2000; CAVALCANTI,2001). Esta hegemonia dominante do “espaço global” sobre os “espaços locais/regionais” é uma das faces do processo de Globalização (BECKER, 2000).

Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, professora da

Universidade de Brasília apresenta uma simplificada conceituação e caracterização da globalização quando diz que “a globalização da economia é o processo através do qual o mercado se expande e onde as fronteiras nacionais parecem mesmo desaparecer, nesse movimento de expansão” (MOLLO,1997, p.1). Caracterizando o processo, a professora enumera, a) o deslocamento espacial das etapas produtivas para melhor aproveitar as vantagens que cada país oferece; b) o desenvolvimento industrial especialmente nas áreas de informática e telemática para facilitar o deslocamento espacial de algumas fases de produção e reduzir o tempo e o espaço na comercialização; c) a simplificação e a divisão do trabalho para permitir o deslocamento da mão-de-obra; d) a padronização de gostos de consumo para produzir e comercializar em grande escala e e) a aplicação instantânea de capitais para obter rentabilidades máximas em tempos mínimos (MOLLO. 1997,p.1).

O mercado externo acaba orientando a gestão dos recursos de cada região, criando infra-estruturas, serviços, formas de organização do trabalho. Não se deve perder de vista também que este fato acontece por uma regulação política dos agentes locais que coordenam as estratégias de desenvolvimento (geralmente órgãos públicos municipais que seguem, muitas vezes, interesses externos à região). Nesse processo de transformações, se verifica, de um lado, uma espécie de desenvolvimento magnífico, multiforme, e, de outro um poderoso impulso de destruição, resultante de egoísmos opostos (HARDT, NEGRI, 2001).

Os sinais emitidos por essa crise de transição se revelam em um passado morto que não morre e um futuro nascente que não consegue nascer (MORIN, KERN,1995). Isso permite especular acerca do paradigma que emergirá deste período revolucionário. Tratar-se-ia de um novo paradigma de desenvolvimento, caracterizado por dinâmicas diferenciadas dos processos de desenvolvimento local-regional.

Em alguns casos já está ocorrendo uma espécie de regionalização do desenvolvimento, que se manifesta sob múltiplas formas. São estratégias não só econômicas, mas também sociais, ambientais, políticas

e culturais que diferentes atores locais incorporam para se manterem sócio-economicamente. Esse movimento de regionalização visa a manutenção social e econômica e também a defesa dos valores locais/regionais enraizados nos aspectos culturais e ambientais de cada região (FERREIRA, 1996; BECKER, 2000; LEFF, 2001; PUTMAN, 1996; ABROMAVAY,2000; BOISIER,2000).

A globalização interfere na cultura e na identidade dos povos. Ela processa uma homogeneização da cultura e uma integração entre as mais variadas culturas. Ao mesmo tempo, porém, ela acaba gerando processos de estratificação, segregação e exclusão. Assim como unifica e articula as empresas produtivas e os sistemas financeiros, da mesma forma articula as grandes empresas que fornecem informação e entretenimento para que delas emanem as informações e os bens culturais massificantes que tenderão a serem vistos e aceitos como modelos culturais universais. Ao invés de diminuir as diferenças entre os homens de todos os lugares que absorvem esses bens culturais, as grandes empresas estratificam e reordenam os consumidores para desterritorizá-los e torná-los consumidores universais e alienados. A distinção que se verifica é entre aqueles que consomem e vivenciam a cultura de suas raízes e aqueles que consomem aquilo que os meios comerciais e a moda consagram em cada semana e declaram obsoleto na semana seguinte. (CANCLINI, 1997).

Os indivíduos se apropriam de forma diferente do mesmo fato e, ao fazê-lo, cada um o transforma num fato novo. Ora, se gente de raças diferentes, de culturas diferentes, de épocas diferentes, de vivências diferentes, de influências diferentes incorporarem um determinado fenômeno irão produzir incontáveis facetas do mesmo fenômeno.

O povoamento do Brasil e a criação de sua cultura envolveram elementos dos mais variados matizes, desde os colonizadores europeus e as posteriores migrações, incluindo-se aqui os povos asiáticos e passando pela diversidade dos nativos que aqui se encontravam e o acréscimo forçado da raça negra. A mescla dessas raças, de suas culturas e das experiências pessoais de cada um, deu origem a uma cultura específica e diversificada ao mesmo tempo. Ora, se a essa cultura se

acrescentar o bombardeio de informações e influências de um mundo globalizado e vertiginoso se continuar-se-á a produzir, a cada dia, uma nova cultura, mas ao mesmo tempo, um substrato cultural identificador de cada povo subsistirá. Se isto não acontecer, se os envolventes processos de globalização e alienação eliminarem esse substrato cultural de um povo estarão decretando a morte desse povo.

Não é possível pensar a região do Médio Alto Uruguai sem pensar na multiculturalidade resultante do convívio de pessoas tão diferentes e de culturas tão diversificadas. Como bem define Roberto Fernandez, na Revista USP, nº 42, junho/agosto 1999, p.84): “...o multiculturalismo refere-se à coexistência enriquecedora de diversos pontos de vista, interpretações, visões, atitudes, provenientes de diferentes bagagens culturais.” E aplicando-se à região em estudo, “o multiculturalismo deriva do imbricamento da diversidade cultural, do qual emerge um novo perfil de sociedade, para cuja construção as tensões e as similitudes são constantemente negociadas” (ROSSONI, 2002 p. 75).

A região do Médio Alto Uruguai, que tem em seu bojo central, abrangendo ou tangenciado vários municípios, a área indígena de Nonoai e outros agrupamentos indígenas, e que tem em seu território uma multiplicidade de raças e culturas formadoras, está tendo que reconhecer a não-homogeneidade étnica e cultural de suas sociedades, está tendo que aceitar a vontade de não-integração por parte de alguns indígenas e por isso está mobilizando recursos financeiros, políticos e ideológicos a favor e contra essa manifesta vontade de não integração, e está tendo que reorientar as próprias políticas públicas para assegurar a diversidade/pluralidade.

O processo de globalização é responsável pela necessidade que o indivíduo sente da busca da própria identidade, da defesa das próprias experiências particulares e comunitárias que ele vivencia e entende, contra experiências da cultura de massas, abstrata, distante.

Contudo, a globalização não exige o fim das referências locais, mas as reescreve num terreno em que estas não mais podem se definir pelo isolamento nem tampouco pela territorialidade. Sendo assim, a

globalização, tanto forma como deforma, tanto exige como resiste à identidade enquanto signo do local, do singular, do autêntico, do emancipatório (BURITY, 1999 ).

Os efeitos da globalização sobre a cultura são, num certo sentido, incontroláveis e não se prestam para uso exclusivo de nenhum grupo: nem só dos grupos que querem a universalização da cultura sem considerar as múltiplas contribuições locais e nem só dos que se fossilizam em experiências tradicionais sem abrir os olhos e o pensamento para o inovador, para o desconhecido e para o destabilizador. A globalização questiona a pretensão de singularidade e estabilidade da ordem social ou comunitária, introduz a contribuição das diferenças não respeitadas ou não percebidas pela sociedade, interrompendo a reprodução das situações estabelecidas e abrindo espaço para a renovação.

Sem que seja necessário um maior aprofundamento do assunto, é fácil perceber que a região do Alto Uruguai é formada em sua etnicidade por descendentes de inúmeras raças, desde o indígena que habitava e ainda habita, marginalizado nas periferias das cidades ou em reservas específicas, passando pelo caboclo que aqui se encontrava e que foi expropriado da terra que ele, bem ou mal, ocupava antes, e chegando aos descendentes de imigrantes provenientes de vários lugares do Rio Grande que efetivamente a colonizou e amalgamada com os povos que encontrou a desenvolveu e a enriqueceu culturalmente. Como diz Burity: “A introdução da diferença representa um desafio à estabilidade dos arranjos e fronteiras existentes, questiona a autarquia da comunidade, da instituição, do governo, do estado” (BURITY, 1999, p. 4).

Quando se fala em valorização das diferenças e da sua aceitação se está falando na multiplicidade dos atores e dos caminhos que contribuem para a formação de uma sociedade. Quando se fala em perda da soberania do estado em questões de política interna por causa dos efeitos da globalização tanto se deve lamentar essa perda de autonomia quanto exaltar a maior interconexão das sociedades contemporâneas.

Parece possível afirmar que a governabilidade e a credibilidade

de um Estado, neste mundo globalizado e interdependente, são diretamente proporcionais à sua valorização da multiculturalidade, do meio ambiente, dos direitos humanos, da preocupação com o impacto das ações públicas sobre a sociedade, do envolvimento da sociedade na gestão da coisa pública. Num mundo globalizado, o Estado para obter empréstimos, estabelecer parcerias e desfrutar dos mercados, é forçado a mudar sua orientação e atender as minorias discriminadas – mulheres, negros, minorias étnicas e religiosas, ambientalistas, gays.

O desafio que se coloca é harmonizar a distribuição dos recursos e das oportunidades para os diferentes grupos da sociedade que reivindicam inclusão, é conscientizar-se que o convívio exige uma tolerância ativa das diferenças.

Reconhecer a diferença significa reconhecer que existem indivíduos e grupos que são diferentes entre si mas que possuem os mesmos direitos e que a convivência em uma sociedade democrática depende da aceitação da idéia de que somos uma totalidade social heterogênea. A democracia é uma forma de viver em negociação permanente tendo como parâmetro a necessidade de convivência entre os diferentes, ou seja a tolerância (PRAXEDES, 2004).

A sociedade é formada de homens. Carrega-se o fardo de uma história que privilegiou os interesses de alguns em detrimento da maioria. A experiência que se vive é fruto de regimes políticos ora totalitários, ora oligárquicos e ora populistas. Embora se exalte a democracia brasileira, deve-se ter consciência dos descaminhos percorridos, da exclusão a que foi relegada grande parcela daqueles que vivem no macro e micro território da história regional e da necessidade de uma integração e valorização de todos os segmentos da sociedade. Não se cultiva a ilusão de criar uma sociedade totalmente igualitária, porém, acredita-se que se deva dar às pessoas melhores oportunidades para que elas explicitem suas potencialidades. É longo o caminho que se deve percorrer rumo à verdadeira democracia e longo é o aprendizado, mas é ilusão pretender chegar a ela sem fortalecer e valorizar a enriquecedora diversidade cultural dos povos de cada região e de cada comunidade.

Numa terra formada por pessoas de tantas proveniências, raças

e religiões, não se chega à democracia usando apenas o legado padrão europeu e desconsiderando a riqueza cultural de outros povos que com ele convivem. A democracia não é apenas política, não é apenas racial, não é apenas de oportunidades. É de reconhecimento, aceitação e valorização de todos, não como uma concessão dadivosa, mas pela natureza intrínseca, contributiva e enriquecedora de todo ser humano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Desemprego e trabalho precário na Era da Globalização**. Mundo Sites.

BECKER, Dinizar. **Economia Política do desenvolvimento: o desenvolvimento local-regional em questão**. Inédito, mimeo, 2000.

BURITY, Joanildo. **Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo**. 1ª Conferência Latino-americana e Caribeña de Ciências Sociais. Recife, 1999.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo. Edusp, 1997.

CANCLINI, Nestor Garcia. La globalización: productora de culturas híbridas? **Actas del III Congreso Latinoamericano de la Asociación Internacional para el Estudio de la Musica Popular**.

CAVALCANTI, Clóvis. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra. In Cavalcanti, C. (org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3ª edição. São Paulo: Cortez; Recife; Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

CORADINI, Lisabete. **Redes de Sociabilidade e apropriação do espaço em uma área central de Florianópolis.** Dissertação. Mestrado em Antropologia Social.UFF,1991.

DEL ROIO, Marcos. **Globalização e Estado Nacional.** Mundo Sites.

FERNANDEZ, Roberto. **Multiculturalismo intelectual.** Revista USP. Nº 42, junho/agosto 1999,p.84-95.

FLORES, Antonio J. **A Matriz produtiva agrícola de um município: o caso de Frederico Westphalen-RS.** Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul. Unisc,2002.

HARD, Michel & Negri, Antonio. **Império.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARTIN, Hans-Peter & SCHUMANN, Harald. **A Armadilha da globalização.** 6ª Edição. São Paulo. Globo,1999.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **Globalização da economia, exclusão social e instabilidade.** Mundo Sites.

PAIVA, Cláudio Cardoso de. **Estratégias de Comunicação no mundo globalizado.** Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação. UFP.

PAIVA, Cláudio Cardoso de. **Terra nostra, cosa nostra: Mídias & culturas híbridas do Brasil.** Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação. UFP.

PANNO, Fernando. **Competividade agroindustrial através de produto diferenciado: o caso do abatedouro de frangos Piovesan de Frederico Westphalen – RS.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Economia. UNIJUÍ.

PRAXEDES, Walter. **A diversidade humana na Escola: reconhecimento, multiculturalismo e tolerância.** *Revista Espaço Acadêmico*, nº 42, Nov.2004.

RENK, Arlene Anelia. **A luta da erva.** Dissertação de Mestrado Antropologia Social. Rio de Janeiro, 1990.

ROSSONI, Sirlei. **O cassino guarani, histórias, memórias e personagens.** Irai-RS 1940-1994; Passo Fundo, EDIUPF, 2001.

ROSSONI, Sirlei. **Relações interétnicas: interação e tensões entre identidade e alteridade cultural.** *Revista de Ciências Humanas*, ano III, nº 3, p.75).

SCHNEIDER, Sérgio. **A Atualidade da contribuição de Leo Waibel ao Estudo da Agricultura Familiar.** *Boletim Gaúcho de Geografia*. Vol. 28, nº 1, p.25-41. Porto Alegre, 2002.

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves. Multiculturalismo: tolerância ou respeito pelo outro?. *Jornal “A Razão”* Santa Maria ,26 de junho de 2003.

THIELEN, Helmut. **Além da Modernidade?:** para a globalização de uma esperança conscientizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **Globalização e Identidade Cultural.** Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação. UFP.

WAIBEL, Leo. **Princípios de colonização européia no sul do Brasil.** 1949.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do Planalto gaúcho: 1850-1920.** Dissertação de Mestrado em História. Niterói, 1988.